

COMUNICAÇÃO E CULTURA: CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA UMA REALIDADE EM REDE

J. Péricles Diniz ¹

Resumo: Este texto pretende iniciar uma discussão sobre os mecanismos e processos da comunicação e linguagem humanas, traçando uma trajetória histórica e avaliando seu percurso, seus mecanismos e processos, incluindo a análise das chamadas tecnologias da informação, os fenômenos da globalização e regionalização. Também serão abordadas noções básicas sobre cultura de massa e indústria cultural, como referências para orientar as discussões sobre comunicação e linguagem, signo, significante e significado. A partir daí, nos habilitaremos a prosseguir tratando de temas como a evolução dos meios de comunicação, a estrutura e funcionamento dos veículos da mídia mundial, o mercado e seus conflitos de globalização e regionalização, liberdade, ética e responsabilidade social.

Palavras-chave: Cultura. Comunicação. Mídia. Linguagem. Escrita.

O ser humano é um animal social, mas acima disso, é um ente cultural. Ou seja, ele elabora, consome, reproduz, aprimora, transforma e transmite saberes e fazeres de sua cultura peculiar e exclusiva. Neste processo dinâmico e interminável, a comunicação é um elemento essencial. Sem ela, não é possível falar em convívio social. No entanto, a comunicação – característica que não é exclusiva ao animal humano – não deve ser confundida com os veículos de comunicação social. Para entender esta questão, vamos primeiro analisar o processo de origem e evolução da linguagem humana.

Em suas origens, a fala humana provavelmente buscou reproduzir os sons da natureza, as exclamações naturais de um ente que dependia do convívio em grupo para sobreviver. Somente depois vieram os signos e significações que possibilitaram a transmissão de conceitos abstratos. Aqui cabe explicar que signo deve ser entendido como a referência a uma coisa ou idéia, um objeto ou um conceito, enquanto que significação é o uso social dos signos. Como explica Juan Bordenave (1982, p.24), “a atribuição de significados a determinados signos é precisamente a base da comunicação em geral e da linguagem em particular”.

¹ José Péricles Diniz é jornalista diplomado, professor adjunto da Faculdade de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), doutor em Cultura e Sociedade e mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: periclesdiniz@yahoo.com.br.

O ato de comunicar

O termo comunicação deriva do latim *communicare*, que pode ser traduzido como “tornar comum”, “repartir”, “participar” ou ainda “trocar opiniões”. Não existe sociedade, por mais primitiva que seja, que prescindia de um sistema de comunicação, onde haja a circulação de informações baseada em um código comum. O tipo e o nível de cultura que possuem os grupos sociais dependem dos meios de comunicação do saber de que possam dispor². Na verdade, a geração e transmissão de informações são processos biológicos básicos, essenciais à própria sobrevivência de todo ser vivo. O que diferencia a comunicação humana é que somos capazes de elaborar e transmitir abstrações por meio de sinais e códigos interpretáveis.

O processo de comunicação pode ser analisado como ferramenta de interação e transformação da realidade. O ato de comunicar envolve necessariamente um contexto (o lugar onde acontece, a cultura e a realidade que lhe molda critérios e parâmetros), interlocutores (pois sem tais agentes comunicantes não há porque falar em comunicação), uma mensagem (conteúdo e signos a serem transmitidos) e meio (através do qual se propaga, conserva e divulga o que é comunicado). Ao acontecer, a comunicação realiza funções que vão da satisfação de necessidades materiais ou espirituais à informação, regulação, interação, expressão, identificação, explicação ou imaginação.

As funções envolvidas no processo comunicativo podem ser apontadas como informativas, instrumentais (aquelas que informam “eu quero”, “eu faço”, “eu tenho”), regulatórias (visam controlar o comportamento alheio), interacionais (cuidam das relações interpessoais), expressivas (identificam e expressam o eu), explicativas e imaginativas. A comunicação faz tudo isso observando a forma com que se diz algo e o contexto em que isso acontece.

Neste ponto, recorrendo à noção de signos, podemos propor sua diferenciação entre sinais e símbolos. Portanto, um signo é sinal (ortográfico, de pontuação, sinalização ou mesmo naturais, perceptíveis em todo o meio circundante) quando ajuda a reconhecer, identificar, adivinhar ou prever algo. Mas é símbolo quando dá significação moral, político, religioso, cultural ou emotivo a algo, a exemplo do que ocorre com as bandeiras, os hinos e ícones como as cruzes, suásticas e logotipos.

² Um ser de cultura avançada contemporânea domina em média cerca de 400 mil vocábulos de sua língua, sendo de quatro a oito mil palavras na memória e entre três e cinco mil outras que não fazem parte do seu uso cotidiano mas que capta assim as ouve ou lê. A maioria, entretanto, sabe consultar novos termos em obras de referência como dicionários, enciclopédias, glossários e livros técnicos.

Para que isso ocorra, o animal humano vale-se de sua capacidade de abstração, ou seja, de identificar e separar o que há de comum, frequente e generalizável em vários objetos ou fenômenos semelhantes. Assim, deu origem à noção de conceito, onde uma imagem é formada pela mente a partir das características semelhantes que as coisas ou fenômenos possuem entre si. Explica Bordenave (1982, p. 65), a propósito do desenvolvimento do conceito de pedra, por exemplo, que

em lugar de ter que guardar em sua memória mil palavras para mil pedras diferentes, agora tinha de lembrar apenas o conceito de pedra e seu signo correspondente: a palavra “pedra”.

Em seu processo de significação, um signo envolve três elementos. Um deles é o referente, ou seja, o objeto ao qual se refere. Há o significado, o conceito ou imagem que se faz sobre o referente. E também o significante, a representação do signo em forma de sons, imagens ou palavras. A depender do contexto, o significado pode ser gramatical, quando diz respeito à relação do signo com outros signos ou elementos do discurso; contextual, quando se refere ao contexto que o rodeia; referencial, quando diz respeito à relação entre o signo e o seu conceito referente; ou ainda emotivo, que tem a ver com os tipos de reação emocional, às expressões da linguagem de outros códigos. Quanto às funções, o significado pode ser denotativo, quando indica diretamente um objeto referente ou suas qualidades; ou conotativo, quando inclui as interpretações subjetivas, pessoais ou emocionais que se derivam do signo.

Outro conceito importante é o de código, que surge com o desenvolvimento e sofisticação de uso dos signos, na medida em que se tornavam cada vez mais arbitrários, sem maiores semelhanças com os objetos representados e portanto dependentes de uma convenção, um acordo prévio entre os interlocutores. Desta forma, os signos que mais se pareciam com os objetos que representavam foram denominados analógicos, análogos ao que buscavam significar. Entre eles, estão os ícones, como os desenhos, fotografias, esculturas e as palavras onomatopéicas, ou seja, aquelas que imitam os sons naturais.

Do outro lado, estão os signos digitais, aqueles que não guardam semelhança com os seus referentes, mas empregam dígitos ou letras. Os mais comuns são os binários, que transmitem a informação pela alternância de dois estados, como ligado ou desligado, cheio ou vazio, preto ou branco, masculino ou feminino. Os códigos digitais vão desde o soar de tambores indígenas, passando pelo Morse dos telégrafos ao sistema digital que alimenta os computadores contemporâneos.

Língua e cultura

De um modo geral, podemos entender linguagem como qualquer processo de comunicação, seja ele sonoro, visual, olfativo ou de tato, o que portanto não é exclusividade da

raça humana. Todos os seres vivos se comunicam e utilizam, para tanto, uma linguagem. O que é preponderante e fundamental em termos humanos é a língua, exuberante forma de expressão cultural, conjunto de palavras, signos e expressões que possui padrão coletivo e arbitrário, mutável e mutante no tempo e no espaço, usado por um povo para transmitir mensagens através de regras convencionadas.

A língua surge de maneira independente da educação formal e da própria escrita. É básica e essencial em qualquer tipo de organização social humana. Alguns antropólogos supõem que o homem pré-histórico, a partir do *homo erectus*, já possuía aparelho fonador adaptado para emitir quaisquer dos sons presentes nas línguas atuais, já que a postura ereta permite que o aparelho deglutidor seja ao mesmo tempo respiratório e fonador. O ser humano demonstra possuir uma vocação natural para a linguagem, que evolui e se modifica constantemente, respondendo aos desafios do meio circundante.

A língua, portanto, não pode ser considerada como objeto de estudo homogêneo, unitário, mas antes como um conjunto dinâmico de variantes que se intercalam e interpenetram. A língua varia temporal e espacialmente, entre grupos locais e nacionais, camadas e estratos sociais, mas igualmente de um indivíduo para outro e em seus diferentes momentos de vida, seus distintos papéis sociais. Pois nos comunicamos de maneira diferente em cada ambiente ou situação que nos envolve. Para cada caso, nos valem de uma estrutura própria de vocabulário, pronúncia e sintaxe. Neste sentido, podemos falar em gêneros de linguagem com formatos, características e significações próprias. E cada gênero tem um conjunto específico de regras para cada situação.

Quando nos apresentamos ou somos apresentados em uma situação comunicacional, avaliamos e somos avaliados não somente em relação ao conteúdo das mensagens transmitidas mas igualmente quanto ao acesso, ao domínio ou não das regras convencionadas. A propósito, acrescenta Carlos Alberto Faraco (2003, p. 21) que

nós, desde pequenos, vamos nos apoderando da linguagem. A *entonação*, aí, exerce um papel importantíssimo: frequentemente ela representa a nossa *opinião* sobre aquilo que dizemos; por exemplo, podemos dizer “que bonito!” indicando nossa admiração, nosso repúdio ou mesmo nossa indiferença, dependendo da entonação.

O desenvolvimento da língua leva a uma organização social cada vez mais complexa, responsável pela produção, manutenção, difusão e propagação da cultura, o que depende sempre e em última análise da comunicação. Este tipo inicial de relação social, que podemos chamar de primária, envolve apenas as figuras de um emissor e um receptor que compartilhem uma linguagem comum, que dominem o mesmo tipo de código. Ela é direta, imediata e recíproca, ou seja, a resposta pode ser enviada assim que recebida a mensagem, realimentando automaticamente o processo de comunicação. São as relações de vizinhança, ainda tão presentes

e valorizadas sobretudo nas cidades do interior ou em pequenos grupos sociais. Suas limitações, todavia, dizem respeito principalmente ao curto alcance, extensão e duração na memória. Para tentar superá-las, as comunidades humanas desenvolveram mecanismos como o boato (que ampliam a mensagem no espaço) e as lendas e tradições (que o fazem em relação ao tempo). O problema, nestes casos, é que a mensagem assim propagada vai ser inevitavelmente contaminada por ruídos, distorções, subjetividades e perdas de sentido.

O processo inicial de transmissão de conhecimentos era, de fato, verbal e mnemônico. Valia-se de contos, lendas, fórmulas, encantamentos e outros relatos que usavam rimas, refrões e repetições a fim de garantir um mínimo de fidelidade ao fato narrado, entregue não raro ao curandeiro, feiticeiro ou outro representante do clero local. Para tentar superar o desafio de ampliar o alcance das mensagens, diminuindo os ruídos e aumentando a velocidade de transmissão, o ser humano lançou mão de vários artifícios: dos mensageiros corretores aos cavaleiros, dos tambores aos sinais de fumaça. Nada, porém, resultou mais eficiente que a escrita.

O desenvolvimento da escrita

Em determinado momento do seu desenvolvimento, o ser humano se deu conta de que precisava de um suporte mais, digamos, concreto onde fixar uma mensagem que pretendesse mais duradoura. Teria sido esta, provavelmente, a motivação que levou os primeiros hominídeos a deixar seus rabiscos nas paredes das cavernas, levando a humanidade à era do grafismo. A linguagem partiria de sua fase oral primitiva para a pictórica a partir da Era Paleolítica³, quando incorporou desenhos que reproduziam o cotidiano destas tribos.

As imagens foram ganhando complexidade à medida em que novos signos e significados eram incorporados à linguagem. Do grafismo mais simples aos pictogramas e ideogramas, onde se desenhava apenas os traços mais relevantes do objeto ou idéia que se queria retratar. Mas o grande avanço aconteceu quando se conseguiu representar graficamente o som que expressava a idéia, o que foi feito por intermédio das sílabas articuladas em palavras, frases e orações. Este foi, certamente, um dos passos mais importantes no caminho da evolução social. O desenvolvimento da escrita, por volta do século IV a.C., permitiu uma ampliação considerável do número e o aperfeiçoamento das palavras de cada idioma.

A escrita também passou por fases, como a pictográfica (que reproduz uma correspondência direta entre signo e objeto representado – a exemplo da escrita mesopotâmica ou egípcia antiga), a ideográfica (a correspondência entre signo e uma idéia – como o chinês e o

³ A Era Paleolítica é calculada entre 35 mil e 15 mil anos antes de Cristo.

japoneses) e a fonográfica (quando os signos representam sons, combinados em sequência para representar tanto objetos quanto idéias – como os ocidentais fazemos).

Somente o ser humano transforma sons em símbolos escritos. Por conseguinte, grande parte das instituições que vem criando deve-se à escrita, desde o estabelecimento das leis à literatura, do jornalismo às ciências e toda a sua tecnologia decorrente. A linguagem é pré-requisito básico à organização social desde as eras pré-históricas, mas dominar a escrita representa poder sobre o ambiente social em que se vive. Escrevendo, o homem consegue superar as limitações naturais da palavra, como o seu alcance e manutenção na memória.

A escrita se desenvolveu independentemente em várias regiões do mundo, num período muito prolongado de tempo na história, mas só se tornou acessível a uma parte maior da população há pouco mais de 150 anos. Ler, enquanto prática social universalmente aceitável, é algo muitíssimo recente. Para se ter uma idéia deste processo é preciso recorrer à trajetória histórica do nosso principal instrumento de leitura, o livro.

A história do livro

Se, por um lado, o processo de produção de um livro mudou radicalmente desde a prensa de Gutenberg, o fez em seus aspectos meramente técnicos, na organização do trabalho, na velocidade distribuição de tarefas dentro da cadeia produtiva e nos materiais e técnicas de manufatura utilizados. Permanece, todavia, inalterado quanto à relação:

autor > mensagem > meio > leitor

Como explica André Belo (2002, p. 18),

A industrialização e a informatização dos processos, o barateamento dos materiais, da mão-de-obra, dos custos de transporte e do produto final, não afetaram o essencial da forma do objeto que é o livro.

Tal aspecto, apenas começa a ser tocado, mas inevitavelmente o será, com a aceleração do processo de convergência digital dos mídias, que primeiro levou o conteúdo dos livros do papel à tela do computador ou aparelhos de CD-ROM, mas que agora já o traz de volta a formatos portáteis como os laptops, pagers e telefones celulares. Pois em cada um destes casos há uma maneira diferente de leitura. Mudam os gestos e as sensações do leitor, muda a sequência de leitura. Da linearidade que parte de uma página inicial para a final até uma lógica customizada, que autoriza o leitor de um livro digital a seguir qualquer caminho pretendido a partir de um índice. Um simples clique de mouse leva a capítulos diferentes e trazem de volta ao ponto de origem, simulando a estrutura do próprio pensamento.

Com as novas tecnologias há também a possibilidade de interagir com outros tipos de documentos, de memória e de testemunhos não apenas gráficos ou de fotos, mas também de

sons e imagens em movimento. Novas alternativas de interatividade são desenvolvidas a cada momento, convidando o leitor ocupado com a pesquisa de algum tema polêmico a interferir em tempo real em algum grupo de debates ou chat (sala de bate-papo virtual) sobre o assunto. Os requisitos de memória estão sendo igualmente ampliados de maneira exponencial. É possível copiar, adicionar ou retirar partes do texto, acrescentar-lhe comentários e observações de maneira rápida e prática. O próprio processo de pesquisa (por palavra, por tema, por autor ou data) é dinamizado, aprofundado e agilizado.

Mas a principal questão é: os meios digitais vão substituir completamente o livro tradicional, decretando o seu fim inevitável?

Isto certamente implicaria em alterações profundas nos processos de escrita e de leitura como os conhecemos. Mas é bastante provável que não ocorra, sobretudo se levarmos em consideração os diferentes formatos e práticas sociais de leitura, suas relações com a difusão da informação, o conhecimento e o poder. Um cenário possível – até passível de contestação, mas que jamais deveria ser descartado *a priori* - é que a leitura de livros impressos torne-se cada vez mais elitizada, na medida em que o acesso aos meios digitais vão sendo ampliados, facilitados e barateados. Ela passaria a ser identificada como prática de elite (ou de um outro tipo de subgrupo ou estrato específico), o que em verdade já ocorre no caso brasileiro, mas não chegando necessariamente a desaparecer.

Do correio às gazetas

Imagino que em geral tenhamos uma tendência a subestimar o papel exercido por instituições como os correios junto à trajetória de contínuo e crescente aperfeiçoamento dos instrumentos da tecnologia da informação. Mas o fato é que o intercâmbio de comunicados de maneira regular entre agrupamentos humanos distantes foi fundamental a este processo evolucionário. Para que esta troca ocorresse, foi preciso estabelecer uma estrutura mínima e uma logística permanente, sem a qual também não poderíamos pensar no surgimento do próprio jornalismo.

Há, neste sentido, iniciativas registradas entre os egípcios, chineses, persas e romanos. Quase desaparece durante a idade média, mas retorna com toda a força a partir do renascimento e da intensificação do comércio entre as cidades européias, asiáticas e, posteriormente, americanas. Com a certeza de que suas correspondências serão entregues, as pessoas se habituam a escrever cartas regularmente. Os correios, reconhecido enquanto instituição e prática social, vão permitir a distribuição dos jornais impressos, que não sem razão denominam-se o “correio da cidade tal”, muitos deles até hoje.

Felipe Pena (2005) observa que o termo *gazeta*, hoje sinônimo de jornal e utilizado para dar nome a veículos de imprensa no mundo inteiro, inclusive Brasil, deriva do italiano *gazzette*, moeda utilizada em Veneza no século XVI. Nesta época, circulavam pequenas publicações manuscritas, precursoras dos jornais, que custavam justamente uma *gazzette*. Seu conteúdo incluía “informes sobre colheitas, chagadas de navios, cotações de produtos e relatos de guerras” (PENA, 2005, p. 34). Tais escritos de fato divulgavam novidades, atualizavam informações relevantes para suas comunidades, mas ainda não poderiam ser consideradas imprensa, pois lhes faltava periodicidade, característica essencial ao jornalismo.

Mas estas gazetas manuscritas tiveram o mérito inestimável de estabelecer um hábito num pequeno público localizado. O posterior desenvolvimento da tipografia permitirá a publicação em série das primeiras *seleções*, como eram chamados os relatos esporádicos vendidos como notícias avulsas de acontecimentos extraordinários, como a morte de um rei, declarações de guerra ou tratados de paz. Segundo Costella (2002, p. 86), o primeiro jornal impresso de publicação realmente diária teria surgido na Inglaterra, em 1702. No entanto, não é possível falar em jornalismo – da maneira como o entendemos hoje – sem considerar fenômenos como a ascensão da burguesia e o estabelecimento do liberalismo, a revolução industrial e a cultura de massa.

Cultura de massa e indústria cultural

A primeira noção que devemos entender é a de que os veículos de comunicação social são, antes de mais nada, peças de uma engrenagem apropriadamente denominada indústria cultural, que tem em suas bases conceitos como cultura de massa, ou – melhor dizendo – cultura *para* a massa, já que esta não participa dos processos de produção, mas aí é vista meramente como público-alvo ou destino final da mercadoria. Esta, por sua vez, pode ser entendida como um conjunto de artefatos e saberes próprios da atividade industrial. É, portanto, a partir do momento histórico em que surge, consolida e se expande o fazer industrial moderno e toda sua organização social, geopolítica e econômica que podemos falar em comunicação social, comunicação intermediada, comunicação mediatizada.

Mas, para início de conversa, o que vem a ser, mesmo, cultura?

Diz José Marques de Melo (1998, p.185) que “cultura é a soma total da criação humana. É tudo o que o homem faz ou produz, no sentido material ou não material”. A cultura é um emaranhado complexo de símbolos e representações, um fenômeno e processo social de múltiplas faces e manifestações. A cultura é plural. A propósito, lembra ainda Melo (1988, p.187) que

É através da comunicação que as gerações mais velhas transmitem às gerações mais novas o seu acervo de experiências, os símbolos, as normas, os mitos acumulados. É através da comunicação que os indivíduos de uma mesma geração transmitem aos demais as suas descobertas, as inovações que vão adaptando uma determinada cultura às condições e às exigências da sociedade em sua marcha evolutiva.

Um aspecto insidioso da questão diz respeito a uma pretensa distinção entre o que seria cultura erudita e popular. Tradicionalmente, o senso comum leva a pensar em termos de pólos extremos, onde a primeira seria própria das elites, dos grupos que detêm o poder em uma organização social, enquanto a outra diria respeito ao conjunto que forma a maioria da população. A primeira estaria composta por referências refinadas, sofisticadas, que denotariam maturação intelectual, enquanto que a popular faria uso de símbolos rústicos, com linguagem e estrutura mais simples. Ou seja, trata-se claramente de demarcar espaços, de afirmar o que tem *bom gosto* e o que não, o que remete ao poder e o que é próprio do resto, do povo.

É justamente neste sentido que o discurso elitista autoriza a si próprio a falar em uma linguagem erudita e outra popular. A primeira seria composta por códigos mais elaborados, que abordariam a realidade sob variados pontos de vista, comparando e apresentando diversas interpretações alternativas. Referindo-se às classes ou categorias, elaborariam conexões entre elas, usando o tempo contínuo, com ênfase no processo e no desenvolvimento.

A linguagem popular, por sua vez, utilizaria códigos mais restritos, comunicando em bases em perspectiva única, descritiva e com poucas conexões na organização do discurso. Referindo-se preferencialmente ao indivíduo, seria menos sensível às informações abstratas, tendendo a ser mais concreta e literal, mais denotativa, personificando assuntos impessoais. Usaria o tempo de modo descontínuo, dando ênfase ao particular e ao efêmero. Em termos gerais, estas seriam as características de cada tipo de linguagem, de acordo com os manuais produzidos por uma elite intelectual ocupada com o tema.

Mas a verdade é que a questão não é tão simples assim...

Com a modernidade, foram envolvidos novos mecanismos de produção (industrialismo), nova divisão social do trabalho (ascensão da burguesia) e novo paradigma intelectual (o liberalismo). Enquanto a cultura clássica e a popular se valiam da produção artesanal, espontânea, rural, local ou regional, a cultura de massa instalava-se a partir de um fazer industrial. Seria urbana, cosmopolita e baseada em relações de consumo. Além disso, a cultura de massa teria a capacidade de absorver, reciclar e

multiplicar aspectos tanto da cultura clássica quanto da popular. Num certo sentido, para a produção cultural em série, tanto faz se os elementos envolvidos, em conteúdo ou forma, são considerados eruditos ou populares, contanto que venda.

Em termos bastante genéricos, este seria o cenário em que vamos situar o surgimento e desenvolvimento dos veículos de comunicação social, aqui entendidos como produtos da indústria cultural. Uma analogia possível com o modo de produção em massa, por consequência, nos leva a propor que a informação cotidiana seja vista como a matéria prima a ser transformada. Ela é processada pelos veículos de comunicação, que - como ocorre em qualquer outra linha de montagem fabril - mantêm em suas redações uma rígida divisão do trabalho, especialização crescente das atividades e até mesmo uma certa mecanização ou automatização, no sentido de uma padronização de procedimentos e de busca de resultados.

Como produto final, elaborado em série e devidamente vendido ao mercado em troca de lucro, temos as notícias, o entretenimento, as artes e os serviços de informação, de uma maneira geral. Com o incremento dos processos e engrenagens que conduzem e tornam cada vez mais complexas as relações de comunicação nas sociedades contemporâneas, marcadas sobretudo pela crescente sofisticação dos instrumentos de distribuição e difusão de informação, começamos a falar em uma cultura midiática.

Leitura e imprensa

Para a sociedade contemporânea, pensamento e linguagem operam através de esquemas sintáticos e semânticos amplamente dominados pela escrita. Este traço é tão marcante que a própria oralidade deve responder às expectativas da língua escrita. A partir de tal constatação, foi necessário inclusive resgatar e aprofundar termos como letramento, que pode ser definido como o uso social e cultural da língua escrita através dos seus variados formatos e possibilidades. Ler é produzir sentido, o que cada um faz de maneira individual, subjetiva, mas sempre influenciado – ou mesmo determinado – pelas relações políticas nela envolvidas. Interpretar envolve relação de poder, de apropriação e proximidade dos códigos considerados cultos, corretos, apropriados. Neste sentido, a imprensa exerce papel importante no sentido de democratizar a informação, de torná-la prática social acessível.

Não é muito difícil nos depararmos com afirmações que considerem a imprensa, em sentido amplo, responsável pela difusão do conhecimento, pela popularização da leitura, contribuindo para fenômenos como a consolidação dos ideais humanistas, a universalização da educação (ao menos na Europa) e o desenvolvimento do pensamento científico. De qualquer forma, parece ponto pacífico afirmar que ela aperfeiçoou as operações intelectuais associadas à leitura e à compreensão de textos. A produção tipográfica em série certamente diminuiu a margem de erros e imprecisões presentes no sistema de reprodução manuscrita que a precedeu.

Além disso, permitiu uma reprodução mais cuidadosa, com melhor qualidade, de gráficos, tabelas, mapas, fotografias e outras ilustrações. Com isso, promoveu uma dessacralização dos textos herméticos.

Marshall McLuhan, em sua *Galáxia de Gutenberg*, identifica uma cultura baseada no manuscrito e na oralidade até a idade média, quando a audição era o componente fundamental no processo de transmissão do conhecimento. Depois dela, fala de uma cultura do livro impresso, do homem tipográfico, com a leitura individual substituindo a audição enquanto sentido mais importante para a comunicação. A era da *Galáxia de Gutenberg* se encerraria justamente com a ascensão dos novos meios eletrônicos – o rádio e a tevê – que resgatariam a importância da imagem e do som para os processos comunicativos.

Outra questão fundamental, apontada por Roger Chartier (1999), diz respeito à adoção do formato de códice (do latim *códex*, um conjunto de cadernos costurados uns aos outros e encadernados) em substituição aos rolos de pergaminho (conhecidos como *volumen*), entre os séculos II e IV d.C. Antes, para ler em tais rolos era necessário ocupar as duas mãos simultaneamente nas tarefas de desenrolar e segurar o texto, que mostrava apenas uma pequena porção de cada vez. Não era cômoda também a operação de avançar ou recuar o escrito para relembrar determinado trecho. Em seu novo formato, o livro facilitava o manuseio e tornava possível novas práticas, como os apontamentos ou registros de observações durante a leitura, bem como saltar alguns capítulos à frente ou atrás livremente e de maneira mais rápida, a partir da adoção de artifícios como a numeração das páginas, os índices e outros tipos de referências.

Os suportes também evoluíram. Dos desenhos nas paredes das cavernas aos blocos de argila encontrados na Mesopotâmia três mil anos antes de Cristo, passando pelos vários tipos de tecidos e papéis os mais diversos, como folhas de palmeira, bagaço arroz, papiro, pergaminho e celulose. Cada meio condicionando a mensagem e, conseqüentemente, a sua maneira peculiar de ser produzida, lida, difundida e conservada. Não seria diferente, portanto, com os meios digitais, desde as incômodas telas de raios catódicos dos primeiros computadores pessoais, ao plasma luminoso dos equipamentos mais portáteis.

Ou mesmo com as futuras “telas de papel” (se é que assim podemos defini-las) eficientes e flexíveis, ainda em desenvolvimento, mas que prometem dar contornos absolutamente novos à leitura de impressos nestas novas tecnologias, na medida em que proporcionariam legibilidade em alta definição, navegabilidade plena, interatividade, enorme capacidade de memória, recursos multimeios e reaproveitamento sem limites. Entendido como metáfora do tradicional suporte de textos, tal livro-digital manterá as atuais características de sua prática social de leitura e manuseio, produção e distribuição? Ou inaugurará outras? Belo (2002, p. 28) coloca adequadamente a questão:

Podemos dizer que são sobretudo as inovações técnicas que produzem transformações no modo de pensar, de ler e de conhecer ou, pelo contrário, que são as necessidades culturais e sociais que dão origem ao aparecimento de novas tecnologias de difusão do saber?

O meio digital certamente traz alterações às técnicas de produção e de reprodução dos textos, no suporte da escrita e na maneira de ler, mas tais mudanças não podem ser avaliadas sem levar em consideração outras questões de ordem social, política, econômica e cultural que permeiam os processos de convergência digital das tecnologias e de globalização das nações. Pois, se podemos afirmar que a alfabetização popular começou com a imprensa de Gutenberg, ela é ainda hoje praticamente inacessível à parcela mais pobre da população mundial. Tecnologias como o jornal impresso, o rádio, tevê e computadores pessoais influenciam nas formas e interferem na velocidade de transformação do comportamento comunitário humano, o que implica num reordenamento constante de suas instituições sociais e na modificação de padrões culturais. A democratização do seu acesso, entretanto, continua sendo fator fundamental nesta equação.

Referências:

BELO, André. **Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTELLA, Antonio F. **Comunicação: do grito ao satélite**. 5. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latinoamericanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.